



**Indicação nº1058/2025.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores

**Eder Rodrigues Queiroz**, vereador com assento nesta egrégia Casa Legislativa, subscrita na forma regimental em vigência, **INDICA**, a Chefe do Executivo Municipal, Excelentíssima Senhora **Raimunda Nilda da Silva Cruz** e Extensivo as secretarias municipais de Obras Públicas e Saneamento - SEMOP e Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - SETUDE, **QUE SEJA: criado pontos fixos de venda direta do pescado, com estrutura adequada para os pescadores de Pium, Cotovelo e Pirangi.**

#### **Justificativa**

A **comercialização direta do pescado** representa uma estratégia crucial tanto para a **sustentabilidade econômica dos pescadores artesanais** quanto para a **segurança alimentar e o direito à alimentação de qualidade** da população. Em regiões como **Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte**, onde a pesca tradicional é parte do modo de vida e da economia local, essa medida assume ainda mais relevância.

Hoje, é comum observar que a venda de pescado ocorre de forma improvisada: à beira da estrada, em barracas sem estrutura ou até mesmo nas calçadas, muitas vezes sem qualquer **condição mínima de higiene, refrigeração ou identificação do produto**. Isso compromete não apenas a saúde do consumidor, mas também **desvaloriza o trabalho do pescador**, que se vê forçado a vender seu pescado por preços baixos, muitas vezes intermediado por atravessadores que retêm grande parte da margem de lucro.

A criação de **pontos fixos de venda direta** do pescado, com **estrutura física adequada, localização estratégica, energia elétrica, acesso à água, bancadas de inox, balcões refrigerados e identidade visual padronizada**, trará **dignidade ao ofício do pescador**, profissionalizando a cadeia da pesca artesanal e promovendo o ordenamento urbano das áreas de comercialização.

Além de **garantir preço justo ao consumidor e aumentar a renda do pescador**, essa medida facilita a **rastreabilidade e a procedência do pescado**, agregando valor ao produto e permitindo sua inserção em mercados mais exigentes, como redes de restaurantes, supermercados e compras institucionais.

Essa política pública também contribui para a **valorização da economia local e da gastronomia regional**, ao incentivar o consumo de peixes e frutos do mar frescos, capturados com métodos tradicionais e sustentáveis. O pescado artesanal, diferentemente do pescado industrializado, carrega uma história, um território e um saber comunitário — e o ponto de venda é também um espaço de cultura, de diálogo e de promoção do turismo gastronômico.

A proposta está em conformidade com diretrizes da **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal (Decreto nº 8.424/2015)** e se alinha aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**, especialmente os ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS

JAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora  
Lido na Sessão

Data: 03/06/2025

Thiago Furtado

1º Secretário

2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 12 (consumo e produção responsáveis).

Por fim, investir em pontos fixos de venda direta é uma forma concreta e estruturante de **garantir autonomia econômica às famílias pesqueiras**, organizar o território urbano e **reconhecer a pesca artesanal como patrimônio produtivo, alimentar e cultural de Parnamirim**.

Plenário Dr. Mário Medeiros, 02 de junho de 2025.

Atenciosamente;



Eder Rodrigues de Queiroz  
Vereador Autor

